

A Educação Física no DCRC: um olhar sobre a compreensão docente

Physical Education in the DCRC: a Look at Teachers' Understanding

La educación física en el DCRC: una mirada a la comprensión docente

Antônio Jansen Fernandes da Silva¹

Dirlene Almeida Ferreira²

Maria Eleni Henrique da Silva³

Resumo

Este estudo analisa a compreensão de professores/as de Educação Física acerca do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) e os modos pelos quais esse documento é apropriado no planejamento pedagógico e no cotidiano escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com 41 professores/as da rede municipal de Fortaleza, por meio de questionário semiestruturado composto por questões fechadas e abertas. Para este artigo, foram examinadas quatro questões, cujos dados foram tratados com base na Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que o DCRC é conhecido pelos/as docentes, porém de forma desigual e predominantemente parcial, com maior concentração de leitura na parte específica da Educação Física. Observou-se, ainda, que o documento comparece no planejamento como referência importante, mas não exclusiva, sendo apropriado de modo seletivo e mediado por diferentes condições de formação, experiência e contexto de trabalho. As respostas abertas evidenciaram formas distintas de materialização do DCRC no ambiente escolar, incluindo seu uso como norteador do planejamento, sua mobilização nas aulas, sua articulação entre planejamento e prática, além de mediações por materiais didáticos e dificuldades de implementação. Conclui-se que a compreensão docente do DCRC se expressa nos modos concretos de sua apropriação, o que reforça a importância da formação continuada e da mediação docente na implementação curricular.

Palavras-chave: Educação física; Currículo; Professor.

Abstract

This study analyzes Physical Education teachers' understanding of the Ceará Curriculum Reference Document (DCRC) and how this document is appropriated in pedagogical planning and everyday school practice. It is a qualitative study conducted with 41 teachers from the municipal school system of Fortaleza through a semi-structured questionnaire composed of closed and open-ended questions. For this article, four questions were examined, and the data were analyzed using Content Analysis. The results indicate that the DCRC is known by teachers, although unevenly and predominantly partially, with greater concentration of reading in the section specifically related to Physical Education. It was also observed that the

¹ Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza – SME. Fortaleza/CE, Brasil.

E-mail: jansentimao@hotmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5342-2715>

² Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. Fortaleza/CE, Brasil.

E-mail: dirlenealmeida@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6136-2676>

³ Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: melenih@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3275-0343>

document appears in planning as an important, though not exclusive, reference, being appropriated selectively and mediated by different conditions of training, professional experience, and work context. The open-ended responses revealed distinct ways in which the DCRC is materialized in the school environment, including its use as a guide for planning, its mobilization in classes, its articulation between planning and practice, as well as mediation through teaching materials and implementation difficulties. It is concluded that teachers' understanding of the DCRC is expressed in the concrete ways they appropriate it, which reinforces the importance of continuing education and teacher mediation in curriculum implementation.

Keywords: Physical education; Curriculum; Teacher.

Resumen

Este estudio analiza la comprensión de docentes de Educación Física acerca del Documento Curricular Referencial de Ceará (DCRC) y los modos en que este documento es apropiado en la planificación pedagógica y en la vida escolar cotidiana. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, realizada con 41 docentes de la red municipal de Fortaleza, mediante un cuestionario semiestructurado compuesto por preguntas cerradas y abiertas. Para este artículo, se examinaron cuatro preguntas, cuyos datos fueron tratados a partir del Análisis de Contenido. Los resultados indican que el DCRC es conocido por los docentes, aunque de manera desigual y predominantemente parcial, con mayor concentración de lectura en la parte específica de la Educación Física. Asimismo, se observó que el documento aparece en la planificación como una referencia importante, pero no exclusiva, siendo apropiado de modo selectivo y mediado por diferentes condiciones de formación, experiencia profesional y contexto de trabajo. Las respuestas abiertas evidenciaron formas distintas de materialización del DCRC en el entorno escolar, incluyendo su uso como orientador de la planificación, su movilización en las clases, su articulación entre planificación y práctica, además de mediaciones por materiales didácticos y dificultades de implementación. Se concluye que la comprensión docente del DCRC se expresa en los modos concretos de su apropiación, lo que refuerza la importancia de la formación continua y de la mediación docente en la implementación curricular.

Palabras clave: Educación física; Currículo; Profesor.

Introdução

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a elaboração de documentos curriculares nos estados brasileiros recolocaram em evidência debates sobre prescrição curricular, docência e mediações produzidas no cotidiano escolar. No campo da Educação Física, esse movimento não pode ser compreendido como simples transposição de orientações oficiais para a prática pedagógica, uma vez que os documentos curriculares adquirem sentidos distintos conforme são lidos, interpretados e mobilizados pelos/as professores/as em seus contextos concretos de atuação.

Estudos recentes têm mostrado que, embora a presença da Educação Física nos documentos curriculares represente avanços no reconhecimento do componente, persistem tensões relativas à seleção de saberes, à organização do ensino e às condições de implementação dessas propostas nas redes escolares.

Nesse cenário, o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) constitui um marco relevante para a organização do ensino no estado, em articulação com a BNCC e com as especificidades do contexto cearense. No caso da Educação Física, o documento visa orientar o trabalho pedagógico a partir da cultura corporal, dos objetos de conhecimento e das expectativas de aprendizagem previstas para o Ensino Fundamental.

No entanto, a existência de um documento orientador não assegura, por si só, sua apropriação crítica pelos/as docentes nem sua incorporação homogênea ao planejamento e às aulas. Entre a prescrição e a prática, há um conjunto de mediações que envolve formação, condições de trabalho, experiências profissionais e interpretações produzidas pelos/as próprios/as professores/as.

No campo dos estudos curriculares em Educação Física, diferentes pesquisas têm problematizado os efeitos das reformas curriculares recentes e os modos pelos quais os documentos oficiais disputam sentidos sobre o componente escolar. Furtado e Borges (2024), ao analisarem a Educação Física na BNCC, destacam que o documento expressa simultaneamente avanços, tensões e limites, exigindo leitura crítica diante das disputas políticas e epistemológicas que o atravessam.

Na mesma direção, Impolcetto e Moreira (2023) argumentam que os avanços produzidos pela BNCC no campo da Educação Física convivem com desafios concretos de implementação, especialmente quando se consideram as condições reais das escolas e a necessidade de processos formativos consistentes. Já Neira (2024), ao examinar a trajetória da Educação Física nos documentos curriculares do Ensino Médio, evidencia que esses textos não são neutros, mas espaços de produção de sentidos e de disputa por projetos de escolarização do corpo.

Quando o foco se desloca para o contexto cearense, essa discussão ganha contornos ainda mais específicos. Nogueira *et al.* (2023), ao analisarem o Documento Curricular Referencial do Ceará para o Ensino Médio, mostram que a política curricular regional precisa ser lida à luz das disputas mais amplas que atravessam a Educação Física no cenário nacional.

De modo complementar, Martins *et al.* (2023), ao compararem a Matriz de Conhecimentos Básicos e o DCRC, ressaltam que os documentos curriculares não operam de modo linear no cotidiano escolar, mas implicam reelaborações, deslocamentos e adaptações. Essas contribuições são importantes porque indicam que a análise de documentos curriculares, embora necessária, não esgota a compreensão do problema: é preciso também investigar como os/as professores/as se relacionam com essas prescrições e como as traduzem, selecionam ou tensionam em sua prática.

Essa perspectiva exige considerar a docência como instância de mediação curricular. Em vez de compreender o/a professor/a como mero aplicador/a de prescrições, importa reconhecê-lo/a como sujeito que interpreta, seleciona, reorganiza e ressignifica os referenciais oficiais em diálogo com os desafios concretos da escola. Nessa direção, Tardif (2000) destaca que os saberes docentes são plurais e se constroem na articulação entre formação, experiência e contexto de trabalho. Nóvoa (2017), por sua vez, defende uma profissão docente fundada na reflexão, na colaboração e na construção coletiva da prática.

Em diálogo com esse debate, Resende e Maldonado (2024) evidenciam, em revisão integrativa recente, que a formação continuada ocupa lugar central na constituição da identidade docente em Educação Física escolar, especialmente quando vinculada aos desafios concretos do ensino e da organização curricular. Assim, compreender a relação entre professores/as de Educação Física e o DCRC implica reconhecer que a implementação curricular é sempre mediada pela profissão docente e por suas condições de exercício.

Apesar do crescimento das pesquisas sobre currículo e Educação Física, bem como das análises voltadas à BNCC e a documentos curriculares estaduais, ainda são necessários estudos que focalizem mais diretamente a compreensão docente desses referenciais e seus desdobramentos no planejamento pedagógico.

No caso do Ceará, essa lacuna é particularmente relevante, pois permite deslocar o olhar do plano normativo do documento para o plano da apropriação profissional, contribuindo para uma análise mais situada da relação entre política curricular e prática docente. Investigar como professores/as de Educação Física leem, utilizam e materializam o DCRC pode oferecer elementos importantes para compreender tanto os limites quanto as possibilidades dessa política curricular no cotidiano escolar.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a compreensão de professores/as de Educação Física acerca do Documento Curricular Referencial do Ceará e

seus desdobramentos na prática pedagógica. Ao focalizar docentes da rede municipal de Fortaleza, pretende-se compreender como o DCRC vem sendo apropriado no âmbito do planejamento e da ação pedagógica, produzindo subsídios para o debate sobre currículo, formação docente e Educação Física escolar.

Currículo, mediação docente e Educação Física escolar

A discussão sobre currículo, no campo educacional, ultrapassa a compreensão do documento oficial como simples organizador técnico do ensino. Currículo envolve disputas em torno da seleção de conhecimentos, da definição de finalidades formativas e da produção de sentidos sobre aquilo que deve ser ensinado na escola.

Nessa direção, políticas curriculares não operam como prescrições neutras nem se realizam de forma automática no cotidiano escolar. Entre o texto do documento e sua materialização pedagógica, há processos de interpretação, negociação, adaptação e ressignificação que envolvem os sujeitos concretos da escola, especialmente os/as professores/as.

No caso da Educação Física, essa discussão assume contornos particulares, pois o componente curricular foi historicamente atravessado por disputas acerca de seus objetos de ensino, de suas finalidades escolares e de sua legitimidade no currículo. A presença da Educação Física nos documentos curriculares nacionais e estaduais representa, sem dúvida, um movimento importante de consolidação do componente na educação básica. Contudo, como indicam Furtado e Borges (2024), essa presença não elimina tensões epistemológicas e políticas, já que os documentos expressam simultaneamente avanços, limites e disputas sobre os sentidos atribuídos à área.

Nessa mesma direção, Impolcetto e Moreira (2023) destacam que os avanços relacionados à inserção da Educação Física na BNCC convivem com desafios concretos de implementação, especialmente quando se consideram as condições reais das escolas, o trabalho docente e a necessidade de processos formativos consistentes.

Essa compreensão desloca o debate de uma leitura normativa do currículo para uma perspectiva analítica, em que a implementação de documentos curriculares depende das mediações produzidas no interior da prática pedagógica. Não se trata, portanto, de perguntar apenas se os/as professores conhecem ou seguem um documento, mas de compreender como

o leem, o interpretam e o mobilizam no planejamento e no cotidiano das aulas. É nesse ponto que a docência se torna central para a análise das políticas curriculares.

Tardif (2000) contribui para essa discussão ao afirmar que os saberes docentes são plurais, heterogêneos e constituídos na articulação entre formação profissional, experiência, cultura escolar e contexto de trabalho. Essa formulação permite compreender que o/a professor/a não atua como executor passivo de prescrições elaboradas externamente, mas como sujeito que seleciona, adapta e ressignifica orientações curriculares à luz das exigências concretas de sua prática. Do mesmo modo, Nóvoa (2017) enfatiza que a profissão docente se constrói por meio de processos reflexivos, coletivos e formativos, o que reforça a necessidade de compreender o currículo em relação à profissão e não apenas ao texto oficial.

No âmbito específico da Educação Física, essa mediação é ainda mais relevante porque o trabalho pedagógico envolve a articulação entre conhecimentos corporais, organização didática, condições materiais, culturas juvenis e expectativas institucionais sobre o componente. Isso significa que a incorporação de um documento curricular não ocorre de forma linear: ela é atravessada por interpretações docentes, por experiências acumuladas e pelas condições concretas em que o ensino se realiza. Resende e Maldonado (2024), ao discutirem identidade docente e formação continuada em Educação Física escolar, mostram que a formação tem papel decisivo na maneira como os/as professores/as compreendem seu trabalho e lidam com demandas curriculares, especialmente quando esses processos formativos se conectam aos desafios reais do cotidiano escolar.

Quando o debate se volta aos documentos curriculares recentes, essa problemática ganha ainda mais relevância. Neira (2024), ao analisar a presença da Educação Física nos Parâmetros, nas Orientações e na Base Nacional do Ensino Médio, evidencia que os documentos curriculares são espaços de produção de sentidos sobre a escolarização do corpo, e não meros repositórios neutros de conteúdos.

Isso significa que ler e utilizar um documento curricular implica, também, tomar posição diante de determinadas concepções de ensino, de conhecimento e de formação humana. Por isso, a análise da relação entre professores/as e documentos curriculares não pode restringir-se a aferir adesão formal, mas deve considerar as mediações que sustentam a prática pedagógica e as formas pelas quais as prescrições são apropriadas no contexto escolar.

No contexto cearense, essa reflexão encontra desdobramentos importantes. Nogueira *et al.* (2023), ao examinarem o Documento Curricular Referencial do Ceará para o Ensino

Médio, demonstram que a política curricular regional se insere em disputas mais amplas sobre a Educação Física no cenário nacional. Já Martins *et al.* (2023), ao analisarem comparativamente a Matriz de Conhecimentos Básicos e o DCRC, ressaltam que os documentos curriculares não operam de modo homogêneo, mas produzem deslocamentos, reelaboraões e adaptações quando confrontados com a realidade escolar.

Tais contribuições ajudam a compreender que o DCRC não pode ser analisado apenas como documento normativo, mas como referência curricular que ganha sentidos diversos na medida em que é apropriada pelos/as professores/as.

Nesse quadro, a noção de apropriação docente torna-se particularmente fecunda para este estudo. Falar em apropriação não significa pressupor concordância plena nem aplicação literal do documento. Ao contrário, remete aos diferentes modos pelos quais os/as professores/as acessam, utilizam, selecionam ou mesmo limitam o uso das orientações curriculares em sua prática.

Essa perspectiva permite compreender que a relação com o DCRC pode ser marcada por leituras parciais, usos seletivos, mediações por materiais didáticos, dificuldades de implementação e diferentes níveis de articulação entre planejamento e aula. Ao privilegiar essa chave analítica, o estudo desloca o foco da simples existência do documento para os modos concretos pelos quais ele é compreendido e mobilizado pelos/as docentes.

Assim, discutir o DCRC no campo da Educação Física exige reconhecer que a política curricular se efetiva, ou se enfraquece, nas práticas de mediação desenvolvidas pelos/as professores/as. Entre a prescrição e a aula, situam-se processos de leitura, interpretação e reelaboração que dependem não apenas do texto do documento, mas da formação docente, das condições de trabalho e da cultura profissional construída no cotidiano da escola.

É nesse horizonte que a análise da compreensão dos/as professores/as sobre o DCRC se torna relevante: não para medir conformidade ao documento, mas para compreender como a política curricular é traduzida, tensionada e materializada no trabalho pedagógico.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, por buscar compreender os sentidos atribuídos por professores/as de Educação Física ao

Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) e aos seus desdobramentos no planejamento pedagógico e no cotidiano escolar.

A opção por essa abordagem decorre do interesse em analisar formas de leitura, uso e apropriação de um documento curricular no contexto do trabalho docente, tomando como foco as percepções e os relatos dos/as participantes, e não a mensuração de variáveis ou a produção de generalizações estatísticas.

A investigação foi realizada com professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino de Fortaleza, Ceará. De acordo com dados da Secretaria Municipal da Educação, a rede contava, no período da pesquisa, com 586 docentes efetivos e 54 professores/as substitutos vinculados ao componente curricular Educação Física. Participaram do estudo 41 professores/as que atuavam no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano.

Trata-se de uma amostra não probabilística, por conveniência, composta por docentes que receberam o convite para participar da pesquisa e aceitaram colaborar com o estudo. A aproximação com o campo foi favorecida pelo fato de um dos pesquisadores integrar a rede de ensino investigada, condição que possibilitou maior acesso aos/às participantes, mas que também requer explicitação quanto aos limites do estudo no que se refere à representatividade e à possibilidade de generalização dos resultados.

Como critérios de inclusão, foram considerados os/as professores/as de Educação Física da rede municipal de Fortaleza que responderam ao questionário e manifestaram concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os/as docentes que atuavam exclusivamente na Educação Infantil, aqueles que não devolveram o instrumento preenchido e os/as que não aceitaram participar da pesquisa. A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2023.

O instrumento de produção dos dados foi um questionário semiestruturado, elaborado na plataforma *Google Forms*, composto por nove questões, entre perguntas fechadas e abertas. O uso desse instrumento foi considerado pertinente por possibilitar o levantamento de informações acerca do perfil de atuação dos/as participantes e registrar percepções e relatos sobre a relação dos/as docentes com o DCRC.

Para os fins deste artigo, foram selecionadas quatro questões do questionário, sendo três fechadas e uma aberta. Esse recorte foi definido em função da aderência direta dessas questões ao objetivo do estudo, uma vez que elas permitiam examinar: a) o nível de ensino em que os/as participantes atuavam; b) a leitura do DCRC; c) o uso do documento no

planejamento das aulas; e d) as formas pelas quais os/as professores relatavam materializar o DCRC no ambiente escolar. Assim, embora o instrumento tenha contemplado um conjunto mais amplo de perguntas, este artigo focaliza especificamente aquelas que possibilitam analisar a compreensão docente do documento curricular e seus desdobramentos no trabalho pedagógico.

Os dados foram analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011). Inicialmente, realizou-se a pré-análise, com leitura flutuante do material e organização do *corpus* constituído pelas respostas dos/as participantes. Em seguida, na fase de exploração do material, as respostas foram examinadas à luz do objetivo do estudo, com destaque para a questão aberta, cujos enunciados foram lidos integralmente, segmentados em unidades de sentido e agrupados por aproximação temática.

Esse procedimento permitiu identificar recorrências, convergências e diferenças entre os relatos docentes, possibilitando a construção das categorias analíticas relacionadas às formas de materialização do DCRC no contexto escolar. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, os dados empíricos foram articulados ao referencial teórico do estudo, especialmente às discussões sobre currículo, políticas curriculares, saberes docentes e formação profissional.

Para preservar o anonimato dos/as participantes, foi adotado um código alfanumérico nas citações das respostas. O primeiro elemento do código remete a bairros de Fortaleza, enquanto o número corresponde à organização dos/as participantes no *corpus* da pesquisa. Assim, identificações como “Benfica4” ou “Parangaba1” permitem referenciar os excertos analisados sem expor a identidade dos/as docentes.

Cumprido destacar que os resultados deste estudo devem ser interpretados à luz de seus limites metodológicos. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, realizada com amostra por conveniência e baseada em autorrelato docente, os achados não pretendem representar a totalidade da rede municipal de Fortaleza, tampouco autorizam generalizações estatísticas.

Além disso, a análise aqui apresentada recai sobre um recorte de quatro questões do instrumento original e não incluiu observação direta das aulas nem entrevistas em profundidade com os/as participantes. Ainda assim, o estudo oferece elementos relevantes para compreender modos de leitura, uso e apropriação do DCRC por professores/as de Educação Física, contribuindo para o debate sobre implementação curricular e mediação docente no contexto escolar.

Resultados e discussão

Os dados produzidos na pesquisa permitem analisar não apenas o grau de contato dos/as professores com o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), mas, sobretudo, os modos pelos quais esse documento é lido, utilizado e traduzido no trabalho pedagógico. Em vez de tomar a relação entre currículo prescrito e prática docente como linear, os resultados sugerem formas heterogêneas de apropriação curricular, marcadas por leituras parciais, usos seletivos e mediações distintas no planejamento e no cotidiano escolar.

Essa perspectiva dialoga com o entendimento de que documentos curriculares não operam automaticamente no espaço da escola, mas dependem das interpretações e reelaborações produzidas pelos/as professores/as em seus contextos de atuação (Tardif, 2000; Nóvoa, 2017; Furtado; Borges, 2024).

Para sistematizar os dados das questões fechadas, a Tabela 1 apresenta a síntese das respostas referentes ao nível de atuação dos/as participantes, à leitura do DCRC e ao uso do documento no planejamento das aulas.

Tabela 1 – Síntese das respostas às questões fechadas

Questão	Categoria de resposta	Frequência (n)
Nível de ensino em que atua	Séries finais do Ensino Fundamental	20
	Séries iniciais do Ensino Fundamental	12
Leitura do DCRC	Leu apenas a parte específica da EF	21
	Leu a introdução e a parte específica	14
	Não leu o documento	4
Uso do DCRC no planejamento das aulas	Utiliza boa parte do documento	26
	Não utiliza o documento	10
	Utiliza o documento em sua totalidade	5

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

Inicialmente, observou-se que a maior parte dos/as participantes atua nas séries finais do Ensino Fundamental, totalizando 20 docentes, enquanto 12 lecionam nas séries iniciais.

Embora esse dado não constitua o núcleo analítico do estudo, ele contribui para situar o perfil do grupo investigado e o lugar a partir do qual esses professores/as se relacionam com o documento curricular.

Como assinala Tardif (2000), os saberes docentes se constroem na articulação entre formação, experiência e contexto de trabalho; sob essa perspectiva, o segmento de ensino em que o/a professor/a atua influencia a forma como interpreta e mobiliza prescrições curriculares. Assim, o dado sobre o nível de ensino deve ser lido menos como informação administrativa e mais como elemento contextual para compreender o modo de apropriação do DCRC.

No que se refere à leitura do DCRC, os resultados indicam que 21 professores/as afirmaram ter lido apenas a parte específica da Educação Física, 14 relataram ter lido a introdução e a parte específica, e 4 informaram não ter realizado a leitura do documento. Esses números revelam que o DCRC é conhecido pelos/as participantes, mas de forma desigual e, em grande parte, parcial. Esse achado é relevante porque sugere que a aproximação com o documento tende a se concentrar naquilo que os/as docentes percebem como mais diretamente aplicável ao planejamento de suas aulas, em detrimento de uma leitura mais ampla de seus fundamentos e da arquitetura geral da política curricular.

Tal resultado pode ser interpretado como indício de uma apropriação seletiva do currículo. Em documentos extensos e organizados em partes, é compreensível que os/as professores/as priorizem os trechos mais imediatamente relacionados ao componente curricular. Contudo, essa leitura focalizada pode limitar a compreensão dos princípios mais amplos que sustentam o DCRC, como suas concepções formativas, sua articulação com a BNCC e os sentidos atribuídos à Educação Física no conjunto da proposta curricular.

Nessa direção, Furtado e Borges (2024) observam que os documentos curriculares da Educação Física expressam simultaneamente avanços, tensões e disputas quanto aos sentidos do componente no currículo. Já Impolcetto e Moreira (2023) chamam atenção para o fato de que os avanços da BNCC convivem com desafios concretos de implementação, sobretudo quando a mediação do currículo não é acompanhada de processos formativos consistentes.

Assim, a leitura parcial do DCRC não deve ser compreendida apenas como problema individual dos/as professores/as, mas como indicador de um modo de relação com o currículo orientado pela funcionalidade imediata e pelas condições reais do trabalho docente.

A questão seguinte, relativa ao uso do DCRC no planejamento das aulas, reafirma esse movimento. Os dados mostram que 26 professores/as afirmaram utilizar boa parte do documento no planejamento, 10 disseram não o utilizar e 5 relataram empregá-lo em sua totalidade.

Mais do que indicar adesão ou rejeição ao DCRC, esses números evidenciam que o documento comparece no planejamento de forma não homogênea. Para a maioria, ele aparece como referência importante, mas não exclusiva, o que sugere uma relação mediada por seleções, adaptações e possíveis articulações com outros materiais e saberes docentes.

Esse resultado impede leituras simplificadoras. Não se pode afirmar, a partir dele, nem que o DCRC esteja ausente da prática pedagógica, nem que tenha sido plenamente incorporado como base integral do planejamento. O que os dados indicam é uma zona intermediária, na qual o documento é reconhecido e acionado, mas de forma parcial. Em consonância com Tardif (2000), pode-se dizer que o planejamento docente resulta do encontro entre saberes profissionais, experiência, contexto escolar e prescrições curriculares.

Da mesma forma, Nóvoa (2017) permite compreender que a mediação do currículo depende de processos reflexivos e coletivos de construção da prática, e não apenas da circulação formal de documentos. Ao articular esse achado à leitura parcial do DCRC, percebe-se uma coerência interna: a forma como o documento é lido parece influenciar a maneira como ele é utilizado.

Tal evidência reforça a hipótese de que a apropriação do DCRC ocorre por recortes e seleções, mais do que por assimilação ampla da proposta curricular, o que se aproxima das análises de Martins *et al.* (2023) e Nogueira *et al.* (2023) sobre deslocamentos, adaptações e disputas que atravessam os documentos curriculares da Educação Física no Ceará.

Nesse ponto, a formação continuada emerge como mediação relevante, mas convém qualificá-la com mais precisão. Os dados não autorizam concluir, por si sós, que a simples oferta de formação resolveria os desafios identificados. O que eles sugerem é que a apropriação mais ampla do DCRC requer espaços de estudo, discussão e leitura crítica, nos quais os/as professores/as possam relacionar a parte específica da Educação Física aos fundamentos mais gerais do documento e às exigências concretas do planejamento.

Essa leitura encontra respaldo em Resende e Maldonado (2024), para quem a formação continuada, quando articulada à identidade docente e aos desafios concretos do ensino, pode favorecer processos mais reflexivos de apropriação curricular.

No que se refere à questão aberta, o Quadro 1 sintetiza as categorias analíticas construídas a partir das respostas dos/as docentes sobre as formas de materialização do DCRC no ambiente escolar.

Quadro 1 – Materialização do DCRC

Categoria analítica	Nº de Docentes	Síntese interpretativa
Planejamento Alinhado ao Documento	11	O DCRC aparece como referência orientadora para a elaboração do planejamento docente.
Implementação Direta nas Aulas	8	O documento é relacionado à condução das aulas e às intenções pedagógicas mobilizadas no ensino.
Integração Planejamento e Prática	6	O DCRC é mobilizado tanto no planejamento quanto no desenvolvimento das atividades em sala e na quadra.
Mediação por Materiais Didáticos	4	A relação com o documento ocorre de forma indireta, por meio de livros e outros recursos pedagógicos.
Adaptação e Dificuldades na Implementação	2	Os relatos indicam limites, dúvidas e necessidade de ajustes na materialização do documento no cotidiano escolar.
Atividades Interdisciplinares e Objetivos Específicos	1	O DCRC é utilizado de forma ampliada, articulando conteúdos, objetivos e possibilidades interdisciplinares.

Fonte: elaborado pelos autores com base nas respostas abertas dos participantes (2026).

As categorias apresentadas no Quadro 1 evidenciam que a apropriação do DCRC ocorre de forma plural, mediada e desigual, revelando diferentes níveis de articulação entre documento curricular, planejamento e prática pedagógica.

No conjunto dos relatos, observa-se que o DCRC comparece, para parte dos/as docentes, como referência estruturante do planejamento. Isso se evidencia quando um/a participante afirma utilizá-lo “*como norteador na elaboração do planejamento, articulando-o também à BNCC*” (Parangaba1), sugerindo uma apropriação orientadora do currículo, mediada pela autonomia docente.

Esse achado é coerente com a compreensão de que o/a professor/a não atua como executor passivo de prescrições, mas como sujeito que seleciona, adapta e ressignifica orientações curriculares à luz das exigências concretas de sua prática (Tardif, 2000). Tal

evidência, indica que o DCRC circula como referência efetiva para a organização do trabalho docente, ainda que não como matriz exclusiva ou rigidamente seguida.

Em outros casos, o documento é relacionado mais diretamente à condução das aulas. Ao afirmar que o materializa *“por meio das aulas e das intenções pedagógicas que orientam o desenvolvimento da aprendizagem da cultura corporal do movimento”* (Parquelândia⁶), o/a docente indica uma tentativa de traduzir as orientações curriculares para o plano da ação didática. Trata-se, contudo, de um autorrelato sobre a prática, e não de evidência produzida por observação direta, o que exige cautela na interpretação dos dados.

Ainda assim, o excerto mostra que, para parte dos/as participantes, o DCRC não permanece apenas como referência abstrata, mas é compreendido como elemento que orienta intencionalidades pedagógicas no ensino da cultura corporal. Tal movimento dialoga com Neira (2024), ao indicar que documentos curriculares são espaços de produção de sentidos sobre a escolarização do corpo e ganham concretude nas escolhas didáticas operadas pelos/as professores/as.

Também emergem relatos que expressam uma articulação mais estreita entre planejamento e intervenção pedagógica. Quando um/a professor/a informa utilizar o DCRC *“tanto no momento de planejar quanto nas situações de sala de aula e de quadra”* (Carlito Pamplona⁹), percebe-se uma mediação em que o documento acompanha não apenas a preparação, mas também o desenvolvimento do trabalho docente.

Esse tipo de resposta sugere uma apropriação mais articulada, na qual o currículo é mobilizado ao longo de diferentes momentos da prática pedagógica. Nessa perspectiva, a mediação docente não se limita à consulta prévia ao documento, mas envolve sua reelaboração contínua no decorrer da aula, aspecto que se aproxima da defesa de Nóvoa (2017) acerca de uma profissão docente fundada na reflexão sobre a prática e na construção coletiva do saber profissional.

Por outro lado, alguns registros apontam dificuldades e necessidade de adaptação no processo de implementação do DCRC, revelando que sua apropriação não ocorre de forma uniforme. Esses relatos são importantes porque evidenciam que a política curricular, ao encontrar a realidade escolar, também produz dúvidas, limites e rearranjos práticos.

Em vez de serem lidos como dados residuais, esses registros ajudam a compreender as tensões implicadas na relação entre documento curricular e prática docente, especialmente

quando se consideram as condições concretas de trabalho, os tempos institucionais e os diferentes níveis de familiaridade com o texto oficial.

Esse achado converge com o argumento de Impolcetto e Moreira (2023) de que a implementação curricular na Educação Física escolar é atravessada por desafios concretos que não se resolvem apenas no plano normativo do documento.

A categoria referente à mediação por materiais didáticos também merece atenção, pois indica que, em alguns casos, a relação com o DCRC ocorre de forma indireta, por meio de livros e outros recursos pedagógicos. Esse dado sugere que a apropriação curricular pode ser atravessada por dispositivos que simplificam, reorganizam ou traduzem a proposta oficial para formatos mais operacionais.

Já a presença, ainda que pouco frequente, de respostas relacionadas a atividades interdisciplinares e objetivos específicos aponta para possibilidades de uso mais ampliado do documento, superando sua utilização estritamente instrumental. Em ambos os casos, confirma-se a leitura de Martins *et al.* (2023) de que os documentos curriculares não operam de modo homogêneo no cotidiano escolar, mas produzem deslocamentos, reelaborações e adaptações quando confrontados com a realidade da prática.

Tomadas em conjunto, essas categorias permitem afirmar que a materialização do DCRC no ambiente escolar ocorre de forma plural e desigual. Há docentes que o utilizam prioritariamente como guia para o planejamento; outros o relacionam mais diretamente à condução das aulas; alguns articulam planejamento e prática; outros dependem de mediações por materiais didáticos ou relatam dificuldades em sua implementação.

Esse conjunto de resultados confirma que a compreensão docente do DCRC não se reduz a conhecer ou desconhecer o documento. Ela se expressa, sobretudo, nas formas concretas pelas quais os/as professores/as o acessam, o utilizam e o reelaboram em seu trabalho pedagógico. Mais do que verificar um grau de conformidade à política curricular, os dados permitem compreender como a prescrição é traduzida, tensionada e materializada no fazer docente, aspecto central para a análise das políticas curriculares na Educação Física escolar (Nogueira *et al.*, 2023; Furtado; Borges, 2024).

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a compreensão de professores/as de Educação Física acerca do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) e seus desdobramentos na prática pedagógica. A partir dos dados produzidos com docentes da rede municipal de Fortaleza, foi possível compreender que a relação estabelecida com o documento curricular não se reduz à lógica binária entre conhecimento e desconhecimento, uso e não uso, adesão e rejeição. Ao contrário, os resultados evidenciam que o DCRC é apropriado de maneira desigual, seletiva e mediada, assumindo diferentes sentidos no planejamento e no cotidiano do trabalho pedagógico.

Um primeiro achado relevante diz respeito à leitura predominantemente parcial do documento. O fato de parte expressiva dos/as participantes afirmar ter lido apenas a seção específica da Educação Física sugere que o DCRC circula no contexto escolar muito mais como referência funcional e imediata para o planejamento do que como texto integralmente estudado em seus fundamentos, princípios e articulações mais amplas. Esse dado é importante porque indica que a política curricular, ainda que formalmente disponível, não se converte automaticamente em referência plenamente apropriada pelos docentes (Tardif, 2000). Tal constatação reforça as análises que apontam que documentos curriculares, inclusive no campo da Educação Física, são atravessados por tensões, seleções e disputas no momento de sua implementação.

Outro aspecto central refere-se ao uso do DCRC no planejamento das aulas. Os resultados mostram que o documento comparece como referência importante, porém não exclusiva, para a maioria dos/as docentes. Isso permite compreender que sua presença no trabalho pedagógico não se dá de forma homogênea, mas por meio de recortes, adaptações e articulações com outros saberes, materiais e experiências profissionais. Nessa direção, o estudo reforça a compreensão de que a docência não pode ser reduzida à execução de prescrições curriculares, pois o planejamento resulta de processos de interpretação e reelaboração que se constroem na articulação entre formação, experiência, contexto escolar e exigências da prática, conforme discutem Tardif (2000) e Nóvoa (2017).

A análise das respostas abertas também permitiu avançar para além do nível descritivo, evidenciando que a materialização do DCRC no ambiente escolar ocorre por múltiplas vias. As categorias construídas mostram que o documento pode funcionar como

norteador do planejamento, como referência para a condução das aulas, como mediação articulada entre planejamento e prática, ou ainda ser apropriado de forma indireta por meio de materiais didáticos.

Ao lado disso, os relatos de adaptação e dificuldades de implementação revelam que a relação com o currículo também é atravessada por limites, dúvidas e rearranjos, o que afasta qualquer compreensão linear da política curricular. Nesse ponto, os resultados dialogam com estudos recentes que mostram que a implementação da BNCC e de documentos curriculares estaduais no campo da Educação Física envolve avanços, mas também desafios concretos de apropriação e tradução pedagógica.

Assim, uma das principais contribuições deste estudo consiste em evidenciar que a compreensão docente sobre o DCRC se expressa menos na simples declaração de leitura do documento e mais nos modos concretos pelos quais ele é mobilizado, selecionado, traduzido e tensionado no trabalho pedagógico. Ao deslocar o foco da existência formal do currículo para os processos de apropriação docente, a pesquisa contribui para uma leitura mais situada da relação entre política curricular e prática escolar, mostrando que entre o texto oficial e a aula há sempre mediações produzidas pelos saberes docentes, pelas condições institucionais e pelos percursos formativos.

Dessa forma, o investimento em processos formativos emerge como dimensão especialmente relevante. Não se trata, contudo, de defendê-la de forma genérica ou abstrata, mas de compreendê-la como espaço de estudo, problematização e leitura crítica dos documentos curriculares, articulado aos desafios reais do ensino da Educação Física.

Quando vinculada ao cotidiano profissional e às demandas concretas do planejamento, a formação pode favorecer uma apropriação mais ampla e consistente do DCRC, permitindo que os/as docentes relacionem a parte específica do componente aos fundamentos mais gerais da política curricular. Tal entendimento converge com análises recentes que destacam a centralidade dos processos formativos na constituição da identidade docente em Educação Física escolar.

Do ponto de vista metodológico, é importante reconhecer que os resultados aqui apresentados devem ser lidos à luz de seus limites. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com amostra por conveniência e baseada em autorrelato docente, o que não permite generalizações para a totalidade da rede investigada.

Além disso, o recorte analítico concentrou-se em quatro questões do instrumento original, sem incluir observação direta das aulas ou entrevistas em profundidade. Esses limites, no entanto, não reduzem a relevância do estudo; ao contrário, ajudam a delimitar com maior precisão o alcance das interpretações produzidas e indicam possibilidades para investigações futuras.

A partir disso, considera-se pertinente que novos estudos aprofundem essa discussão por meio de desenhos metodológicos complementares, incorporando entrevistas, observação de práticas pedagógicas, análise de planejamentos e comparações ente diferentes redes e contextos escolares. Tais investigações poderão ampliar a compreensão sobre os processos de mediação curricular e sobre os modos pelos quais professores/as de Educação Física atribuem sentido aos documentos oficiais em suas trajetórias e condições concretas de trabalho.

Os achados desta pesquisa permitem afirmar que o DCRC está presente no cotidiano profissional dos/as docentes investigados/as, mas sua apropriação ocorre de forma plural, parcial e mediada. Reconhecer essa complexidade é fundamental para evitar leituras simplificadoras da implementação curricular e para reafirmar a centralidade da docência na tradução, problematização e materialização das políticas educacionais no interior da escola.

Referências

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERSEIFER, Paulo. **Educação Física Escolar: Política, Currículo e didática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, André Luís Ruggiero; DARIDO, Suraya Cristina. O livro didático na educação física escolar: visão de professores e alunos. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 3, jul./set. 2017, p. 488-502. DOI: 10.5216/rpp.v20i3.42219.

BETTI, Mauro. A versão final da Base Nacional Comum Curricular da Educação Física (Ensino Fundamental): menos virtudes, os mesmos defeitos. **Revista brasileira de educação física escolar**, ano IV, v. 1, p. 155-175, 2018.

FURTADO, Renan Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Educação Física na BNCC: muitas tensões, alguns avanços e perspectivas possíveis. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 49, e133596, 2024. DOI: 10.1590/2175-6236133596vs01.

IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; MOREIRA, Evando Carlos. A Educação Física escolar na BNCC: Avanços e desafios. **Corpoconsciência**, p. e15228-e15228, 2023. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/15228> .
Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

MARTINS, Raphaell Moreira; SILVA, Antonio Jansen Fernandes da; FERREIRA JUNIOR, José Ribamar; NOGUEIRA, Pedro Henrique Silvestre. A educação física na matriz de conhecimentos básicos e no Documento Curricular Referencial do Ceará: uma análise comparativa implicada pela BNCC a partir do contexto pandêmico. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 27, e15038, 2023. DOI: 10.51283/rc.27.e15038.

NEIRA, Marcos Garcia. A Educação Física nos Parâmetros, Orientações e na Base Nacional do Ensino Médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 124, 2024.

NEIRA, Marcos. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física, **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 40, n. 3, p. 215-223, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/m5NJPS7PQnCCxZZtCsdjsqL/> . Acesso em: 15 de agosto de 2023

NOGUEIRA, Pedro Henrique Silvestre; MARTINS, Raphaell Moreira; SILVA, Antônio Jansen Fernandes da; FERREIRA JUNIOR, José Ribamar. Políticas curriculares no Nordeste brasileiro: decifrando a Educação Física no Documento Curricular Referencial do Ceará para o Ensino Médio. **Ágora para la Educación Física y el Deporte**, n. 25, p. 70-91, 2023. Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/agora/article/view/7683> . Acesso em: 08 de janeiro de 2024.

NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. 2. ed. Lisboa: Educa, 2017.

RESENDE, Lucas Barbosa; MALDONADO, Daniel Teixeira. Identidade docente e formação continuada em educação física escolar: uma revisão integrativa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 30, e30018, 2024. DOI: 10.22456/1982-8918.137927.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 05-24, 2000. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000100002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 05 jan. 2024.

TOLEDO, Camilla Maria Mello. **A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular: interpretações de um grupo de professoras da escola pública**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação Física e Desportos – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

*Recebido: janeiro/2025.
Revisões solicitadas: fevereiro/2026.
Publicado: abril/2026.*